PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2019/2020

TAXA DE JUROS LIVRE OU CONTROLADA

DA REDAÇÃO

A INTENSIDADE do ritmo de crescimento da agropecuária, seja na década anterior, seja na presente, superou as previsões mais otimistas. A energia desse movimento foi movida pelas crescentes exportações, principalmente para a China, que passou a ser o principal parceiro comercial do País.

Com isso, as fontes dos recursos para o sistema nacional de crédito rural não conseguem mais acompanhar a demanda de capitais do agro, cuja produção gera crescentes excedentes para atender a demanda internacional. Os sinais disso vêm desde o final do século passado. Aquele modelo tradicional, de empréstimo a taxa de juros controlada, baseado nos saldos à vista dos agentes financeiros e na poupança rural, é cada vez menos suficiente para atender a necessidade de financiamento para custeio, investimento e comercialização no campo.

REESTRUTURAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS

Em diversos momentos, o Governo já se manifestou publicamente no sentido de intervir no crédito rural, com redução dos recursos nas operações com taxas de juros controladas e aumento nos empréstimos com taxas livres de mercado. A dúvida em discussão é sobre o tempo necessário para se fazer essa reforma. Um fato é certo: se a inflação persistir nos níveis esperados, a velocidade da mudança será maior.

Evidentemente, num primeiro momento, os olhos voltam-se para as políticas do principal agente financiador do agro, o Banco do Brasil. Para este ano, nas chamadas operações de pré-custeio, entre março, abril e maio – destinadas para os produtores anteciparem as aquisições de sementes, fertilizantes e defensivos, a serem empregados no plantio da safra de verão durante o segundo semestre –, houve mudança: deixa de existir o limite de financiamento de R$ 3 milhões por produtor, e a taxa mínima de juros passa a ser de 9,75% ao ano, contra 8,75% no ano passado, quando foram reservados R$ 10 bilhões.

Com o teto dos gastos públicos de 2016, combinado a uma maior demanda em linhas de financiamento como o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), o Governo remanejou verbas de linhas menos procuradas, com oferta adicional de R$ 6 bilhões a juros controlados, para produtores de pequeno e médio portes.

O Governo anunciou, também, a preparação de um pacote de medidas em três frentes:

- Criação do Fundo de Aval Fraterno (FAF), para a formação de grupos de até dez produtores com dívidas a um mesmo credor, com o reforço de uma linha de crédito de R$ 5 bilhões;
- Substituição da política de garantia de preços mínimos por contratos de opção de venda na Bolsa, sem a necessidade de interferência do Governo;
- Previsibilidade nos recursos para a subvenção do programa de seguro, para os produtores poderem acessar empréstimos mais baratos no mercado.

BRASIL: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO
(R$ BILHÕES)

INSTITUIÇÃO	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Banco do Brasil	76,2	68,8	84,3	65,8	79,9
Cooperativa de Crédito	14,6	16,7	17,6	21,3	25,3
Bradesco	17,2	14,7	10,8	12,1	14,0
Santander Brasil	5,8	5,8	6,8	10,4	8,8
Itaú Unibanco	4,4	8,6	10,9	11,0	8,1
Caixa	4,2	7,2	5,0	5,7	5,6
Banco do Nordeste	4,5	6,3	6,2	3,7	4,4
Safra	2,8	0,9	2,0	3,2	3,0
Rabobank	2,8	2,7	3,1	3,1	2,9
Banco da Amazônia	2,5	3,5	2,4	2,0	2,6
Sicredi	1,5	1,4	1,4	1,8	2,1
John Deere	1,0	1,9	1,3	1,9	1,7
Banrisul	2,2	2,4	1,8	1,8	1,6
Banco CNH Industrial Capital	–	0,8	1,0	1,4	1,6
Bancoob	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Demais	14,6	14,0	10,8	8,1	7,6
TOTAL	**154,7**	**156,2**	**165,8**	**153,8**	**169,7**

Fonte: BCB

Em anos recentes, esse processo ficou mais evidente e ganhou força com a redução da taxa de juros Selic para 6,50% ao ano, o mais baixo patamar desde a sua criação, em 1996. No ano passado, a meta de inflação fixada pelo Banco Central (BCB) foi de 4,50%, com tolerância de variação de 1,50%, enquanto a taxa de inflação calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fechou em 3,75%. Considerando o contexto atual, a projeção é de um centro da meta de inflação fixado em 4,25% e 4,00% para, respectivamente, 2019 e 2020.

MEDIDAS ADOTADAS

Na safra 2018/19, o BCB já tinha tomado algumas medidas que resultaram na redução da oferta do crédito oficial a taxa de juros controlada. A exigibilidade de repasse de recursos dos bancos para o crédito rural caiu de 34% para 31%, enquanto as fontes oriundas da poupança rural caíram de 64% para 60%.

Na verdade, os agentes financeiros possuem mecanismos próprios para controlar o saldo médio da conta-corrente dos clientes em suas carteiras. De forma simples, eles podem transferir o dinheiro da conta-corrente para investimento, com queda no saldo disponível do cliente. Em comparação ao crédito rural emprestado a taxa de juros controlada, o banco possui outras oportunidades mais vantajosas para fazer os seus negócios.

ESGOTAMENTO DO MODELO

Em janeiro deste ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu as condições para a aplicação da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), cujo grande atrativo para o investidor de renda fixa é a isenção de imposto de renda. Agora, do montante captado, bancos e produtores podem pactuar o tamanho dos empréstimos e a taxa de juros. Antes, 40% das operações deviam ter taxas de juros inferiores a 8,5%.

Há um perfeito consenso sobre os benefícios trazidos pelo crédito rural subsidiado, com taxas de juros reais negativas, abaixo da inflação, para a modernização do agro nacional. Mas, o Tesouro Nacional não possui capacidade financeira para sustentar esse modelo. Logo, a política agrícola deve enfocar outros instrumentos para minimizar riscos, como o seguro rural e o preço de comercialização dos produtos, com prioridade ao pequeno e ao médio produtores. Enfim, no ambiente de negócios com baixa taxa de inflação, uma nova cultura de administração deve ser empreendida para trabalhar o conceito de juros. ■